

ESTATUTOS

**publicados no BTE 1ª Série nº 40 de 29/10/1999
e alteração publicada no BTE 1ª Série nº 19 de 22/05/2002**

Assoc. Portuguesa dos Industriais de Alimentos Compostos para Animais (IACA) — Alteração

Alteração deliberada em assembleia geral de 27 de Julho e 16 de Setembro de 1999 aos estatutos publicados no *Diário do Governo*, 3.^a série, n.º 289, suplemento, de 16 de Dezembro de 1975, e no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.^a série, n.º 35, de 22 de Setembro de 1978, 3.^a série, n.ºs 13, de 15 de Julho de 1984, 13, de 16 de Julho de 1990, e 12, de 30 de Junho de 1994.

CAPÍTULO I

Da associação

Artigo 1.º

1 — A Associação Portuguesa dos Industriais de Alimentos Compostos para Animais é uma associação com personalidade jurídica e sem fins lucrativos, tem a sede em Lisboa e rege-se-á pelos presentes estatutos e pela lei aplicável.

2 — A Associação usará a sigla IACA.

Artigo 2.º

1 — A Associação tem por fim valorizar a indústria de alimentos compostos para animais, defender os seus interesses em geral e os dos seus associados em especial, nomeadamente:

- a) Representar os associados perante os órgãos da administração pública, outras associações, sindicatos e o público;
- b) Negociar e celebrar, em representação dos seus associados e dentro dos limites que forem estabelecidos por lei, convenções colectivas de trabalho e intervir na sua execução, nos termos que essas convenções previrem;
- c) Aconselhar e representar os associados no plano do direito social e do trabalho;
- d) Prestar informações, dar pareceres, promover estudos, criar e manter serviços, propor medidas e desempenhar quaisquer missões que lhe sejam confiadas ou solicitadas pelos organismos públicos sobre todos os assuntos de interesse para a indústria e para os associados;
- e) Estimular uma eficiente e leal cooperação entre os associados.

2 — A Associação poderá praticar todos os actos necessários e convenientes à prossecução dos seus fins sociais, sem outro limite além do decorrente da lei e destes estatutos.

Artigo 3.º

Em ordem à realização dos seus fins sociais, a Associação poderá estabelecer no território nacional quaisquer formas de representação e, observados os requisitos legais, filiar-se, estabelecer relações e cooperar com outras entidades de idêntica natureza, nacionais ou internacionais.

CAPÍTULO II

Dos associados

Artigo 4.º

Podem ser associadas todas as pessoas colectivas e singulares que, de harmonia com a legislação aplicável, exerçam actividade industrial ou similar na fileira dos alimentos compostos para animais.

Artigo 5.º

1 — O requerimento para admissão como associado envolve plena adesão aos estatutos da Associação, aos seus regulamentos internos e às deliberações dos órgãos estatutários.

2 — A verificação das condições de admissão é da competência da direcção.

3 — Da decisão da direcção proferida sobre o requerimento de admissão pode o interessado e qualquer associado, no pleno gozo dos seus direitos sociais, recorrer para a primeira assembleia geral que se realizar após o conhecimento da decisão, que a todos deve ser dado por aviso postal no prazo de 30 dias.

Artigo 6.º

Constituem direitos dos associados:

- a) Participar e votar nas reuniões das assembleias gerais;
- b) Eleger e ser eleito para os órgãos da Associação;
- c) Requerer, nos termos dos presentes estatutos, a convocação de assembleias gerais;
- d) Utilizar os serviços e as instalações da Associação;
- e) Apresentar propostas que sirvam os fins da Associação;
- f) Reclamar perante os órgãos da Associação de actos que considerem lesivos dos direitos dos associados e da Associação;
- g) Receber da Associação as informações que solicitarem sobre a actividade desta e, designadamente, examinar contas, orçamentos, livros de contabilidade e os livros de actas.

Artigo 7.º

Constituem deveres dos associados:

- a) Acatar os preceitos estatutários e os regulamentos internos da Associação, bem como as deliberações dos órgãos desta;

- b) Participar no funcionamento da Associação, contribuindo activamente para a realização dos seus fins;
- c) Exercer com zelo e dedicação os cargos para que forem eleitos ou designados;
- d) Satisfazer pontualmente as quotas devidas e as contribuições que lhes venham a caber de harmonia com o disposto nos n.ºs 2 e 3 do artigo 34.º;
- e) Fornecer pontual e cabalmente os elementos solicitados pelos órgãos da Associação.

Artigo 8.º

1 — A todo o tempo qualquer associado pode pedir a suspensão da sua inscrição ou demitir-se da Associação.

2 — A declaração de suspensão ou de demissão será apresentada à direcção em carta registada e terá efeitos imediatos a partir da data de recepção, mas o associado que a apresentou continua obrigado ao pagamento das quotas referentes aos três meses seguintes ao da comunicação.

3 — O associado suspenso que deseje retomar a qualidade de associado, no pleno gozo dos seus direitos e deveres, deverá comunicar à direcção essa intenção e satisfazer as demais obrigações regulamentares e estatutárias.

Artigo 9.º

1 — Serão excluídos da Associação os associados que:

- a) Cessem o exercício da actividade que justificou a admissão;
- b) Tenham em débito mais de três meses de quotas;
- c) Violem de forma grave e repetida os seus deveres para com a Associação.

2 — A direcção, ao constatar os factos a que se refere o n.º 1, notificará o associado para, no prazo de 30 dias, regularizar a sua situação, ou apresentar justificação para tal atitude, sob pena de exclusão compulsiva no fim do mês seguinte ao da notificação.

3 — O associado excluído nos termos do número anterior que não se conforme com a decisão poderá recorrer, no prazo de 30 dias, para a assembleia geral. O recurso tem efeito suspensivo e será apreciado, obrigatoriamente, na primeira assembleia geral que se realizar após a sua interposição.

4 — O associado que deixe de pertencer à Associação, por força da aplicação da pena prevista no n.º 2 deste artigo, não tem direito a ser reembolsado das quotas que haja pago e perde o direito ao património social, sem prejuízo da sua responsabilidade por todas as prestações relativas ao tempo em que foi membro da Associação e as previstas no n.º 2 do artigo 8.º

Artigo 10.º

1 — Os associados eleitos para os órgãos sociais da Associação terão de ser obrigatoriamente representados por um administrador ou gerente, indicado, por escrito, ao presidente da assembleia geral.

2 — Nos grupos de trabalho ou outros semelhantes, os associados podem ser representados por qualquer pessoa a quem confirmem, por escrito, os necessários poderes.

CAPÍTULO III

Da organização e funcionamento

SECÇÃO I

Disposições gerais

Artigo 11.º

Os órgãos sociais da Associação são a assembleia geral, a direcção e o conselho fiscal.

SECÇÃO II

Da assembleia geral

Artigo 12.º

1 — A assembleia geral é constituída por todos os associados no pleno gozo dos seus direitos sociais.

2 — Cada associado tem direito aos votos correspondentes à sua produção anual declarada, referida ao ano anterior, segundo a seguinte escala:

a) Associados produtores de alimentos compostos:

Escalão	Produção anual	Número de votos
1.º	Até 20 000 t	1
2.º	De 20 001 t a 40 000 t	2
3.º	De 40 001 t a 60 000 t	3
4.º	De 60 001 t a 80 000 t	4
5.º	De 80 001 t a 100 000 t	5
6.º	De 100 001 t a 140 000 t	6
7.º	De 140 001 t a 180 000 t	7
8.º	De 180 001 t a 220 000 t	8
9.º	De 220 001 t a 260 000 t	9
10.º	Mais de 260 000 t	10

b) Associados produtores de pré-misturas:

Escalão	Suplementação anual de rações pelo fabrico de pré-mistura	Número de votos
1.º	Até 200 000 t	1
2.º	De mais de 200 000 t até 400 000 t ..	2
3.º	De mais de 400 000 t	3

Artigo 13.º

A assembleia geral pode deliberar sobre todos os assuntos que, por lei ou por estes estatutos, não sejam da competência exclusiva de outros órgãos da Associação.

Artigo 14.º

A mesa da assembleia geral é formada por um presidente, um vice-presidente e um secretário.

Estatutos da IACA

publicados no BTE 1ª Série nº 40 de 29/10/1999
e alteração publicada no BTE 1ª Série nº 19 de 22/05/2002

Artigo 15.º

Compete ao presidente da assembleia geral:

- a) Convocar as reuniões, preparar a ordem do dia e dirigir os trabalhos da assembleia;
- b) Verificar a regularidade das candidaturas aos cargos da Associação;
- c) Dar posse aos associados eleitos;
- d) Assinar as actas e o expediente da mesa;
- e) Assistir, querendo, sem direito a voto, às reuniões da direcção.

Artigo 16.º

Compete ao vice-presidente da assembleia geral substituir o presidente nas suas faltas e impedimentos.

Artigo 17.º

Compete ao secretário da mesa da assembleia geral coadjuvar o presidente da mesma na condução dos trabalhos.

Artigo 18.º

A assembleia geral é convocada por meio de aviso postal registado, enviado a cada associado com a antecedência mínima de oito dias; no aviso indicar-se-ão o dia, hora e local da reunião e respectiva ordem de trabalhos.

Artigo 19.º

As reuniões da assembleia geral só poderão funcionar à hora marcada desde que esteja presente a maioria dos associados, mas trinta minutos depois funcionarão com qualquer número de presentes.

Artigo 20.º

1 — A assembleia geral reúne-se em sessões ordinárias:

- a) Trienalmente, durante o mês de Dezembro, para proceder às eleições;
- b) Anualmente, durante o mês de Dezembro, para:
 - b.1) Discutir e deliberar sobre o orçamento da Associação, apresentado pela direcção, para o ano seguinte;
 - b.2) Fixar a remuneração do secretário-geral e do director executivo, se existir, sob proposta da direcção;
 - b.3) Decidir sobre quaisquer regalias pecuniárias ou outras a usufruir pelos órgãos sociais da Associação. A usufruição de qualquer regalia pecuniária ou de outro tipo, que não tenha sido aprovada pela assembleia geral, implica a destituição imediata do prevaricador, com a obrigação da devolução de todos os montantes indevidamente recebidos ou usufruídos.

§ único. Exceptuando o ROC, se existir, é vedado a qualquer órgão da Associação usufruir, a qualquer título, de remuneração;

c) Nos anos em que houver eleições ordinárias, o orçamento apresentado pela direcção poderá ser discutido e votado até 31 de Janeiro do ano a que diz respeito;

d) Anualmente até 15 de Abril para:

- d.1) Discutir e deliberar sobre o relatório de gestão, apresentado pela direcção;
- d.2) Deliberar sobre as contas do balanço e parecer do conselho fiscal;

d.3) Deliberar sobre as propostas da direcção quanto:

d.3.1) Ao destino dos saldos do ano anterior;

d.3.2) À constituição e ou movimentação de fundos de reserva.

2 — Na ordem de trabalhos das assembleias gerais ordinárias podem ser incluídos outros assuntos, salvo os constantes do n.º 1 do artigo 21.º

Artigo 21.º

1 — A assembleia geral reúne-se em sessões extraordinárias, sempre que convocada pelo seu presidente, por iniciativa própria, a requerimento da direcção ou do conselho fiscal ou de um décimo dos associados no pleno gozo dos seus direitos sociais, para decidir sobre quaisquer assuntos não incluídos no n.º 1 do artigo 20.º, nomeadamente para:

- a) Destituir a totalidade ou alguns dos membros de qualquer dos órgãos da Associação;
- b) Alterar os estatutos da Associação;
- c) Aprovar ou alterar regulamentos internos;
- d) Nomear ou destituir, sob proposta da direcção, o secretário-geral;
- e) Sancionar a nomeação, pela direcção, do director executivo, se existir;
- e) Votar orçamentos suplementares apresentados pela direcção;
- g) Extinguir a Associação.

2 — Se o presidente da assembleia geral não convocar a assembleia quando requerida nos termos do número anterior, qualquer associado o pode fazer decorridos 30 dias sobre a apresentação do requerimento, desde que cumpra o preceituado no artigo 18.º

3 — Na sessão da assembleia geral em que forem destituídos membros dos órgãos sociais da Associação serão eleitos membros em igual número aos destituídos para ocuparem os respectivos cargos até às próximas eleições, que serão logo marcadas para se realizarem no prazo máximo de 60 dias.

Artigo 22.º

1 — Salvo o disposto nos números seguintes, as deliberações da assembleia geral são tomadas por maioria de votos representados na assembleia.

2 — As deliberações sobre alterações dos estatutos exigem, cumulativamente, o voto favorável de:

- a) Três quartos do número de associados presentes;
- b) Três quartos do número de votos apurados.

3 — As deliberações sobre a dissolução da Associação exigem, nas duas primeiras assembleias gerais convocadas expressamente para esse efeito, cumulativamente, o voto favorável de:

- a) Três quartos do número de todos os associados;
- b) Três quartos do número de votos de todos os associados.

4 — As deliberações sobre a dissolução da Associação exigem, a partir da terceira assembleia geral (inclusive) convocada expressamente para esse efeito, cumulativamente, o voto favorável de:

- a) Metade do número de associados presentes;
- b) Metade do número de votos apurados.

Estatutos da IACA

publicados no BTE 1ª Série nº 40 de 29/10/1999
e alteração publicada no BTE 1ª Série nº 19 de 22/05/2002

5 — O associado não pode votar em matérias que lhe digam directamente respeito.

Artigo 23.º

1 — Compete ao presidente da mesa da assembleia geral escolher a forma de votação, salvo quando a própria assembleia geral delibere forma especial para alguma votação.

2 — As deliberações a que se referem o n.º 3 do artigo 9.º, a alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º e as alíneas a), b), e) e g) do n.º 1 do artigo 21.º serão sempre tomadas por votação secreta.

3 — Não é permitida a votação por procuração.

Artigo 24.º

De cada reunião será lavrada acta sucinta dos trabalhos, com a indicação precisa do número de associados presentes, dos resultados das votações e das deliberações tomadas e que será assinada pelo presidente e secretário da mesa e pelo secretário-geral, e assim se considera eficaz salvo se a assembleia geral deliberar que ela lhe seja submetida para aprovação.

Artigo 25.º

Sob proposta da direcção, a assembleia geral poderá constituir grupos de trabalho para apoio à direcção e ou comissão executiva, se existir, no estudo e ou execução de tarefas determinadas.

SECÇÃO III

Da direcção

Artigo 26.º

Existirá uma direcção composta por cinco ou sete elementos, sendo um o presidente, a quem competem todos os poderes de administração e representação da Associação que por estes estatutos ou por lei não estejam reservados à assembleia geral ou ao conselho fiscal, nomeadamente:

- 1) A fiscalização da comissão executiva, se existir, em todos os domínios;
- 2) Apresentar à assembleia geral propostas sobre:
 - 2.1) Orçamento e contas do balanço;
 - 2.2) A nomeação e destituição do secretário-geral;
 - 2.3) A nomeação do director executivo, se existir;
 - 2.4) A criação e movimentação de fundos de reserva;
 - 2.5) A nomeação do ROC, se existir;
 - 2.6) Remunerações, retribuições pecuniárias e regalias de outro tipo a usufruir pelo secretário-geral e director executivo, se existir;
 - 2.7) A constituição de grupos de trabalho;
 - 2.8) A criação de secções na Associação;
- 3) Destituir o director executivo, se existir.

§ único. Na constituição da direcção, quatro elementos terão de ser, obrigatoriamente, um de cada uma das regiões e funcionarão como elementos de ligação entre os associados da região e a direcção e ou a comissão executiva, se existir.

Artigo 27.º

1 — A direcção reunirá obrigatoriamente de dois em dois meses, sempre que convocada pelo seu presidente ou por dois terços dos seus membros e quando solicitada pelo director executivo, se existir, deliberará por maioria de votos, possuindo o presidente voto de qualidade, e será secretariada pelo secretário-geral, que não tem direito a voto.

§ único. Trimestralmente a direcção reunirá, sucessivamente, em cada uma das regiões.

2 — Para efeitos do disposto no § único do artigo 26.º e no § único do n.º 1 do artigo 27.º, as regiões são as seguintes:

Região Norte: actuais distritos de Porto, Braga, Viana do Castelo, Bragança e Vila Real;

Região Centro: actuais distritos de Aveiro, Viseu, Guarda, Coimbra e Castelo Branco;

Região de Lisboa: actuais distritos de Leiria, Lisboa, Santarém e Setúbal;

Região Sul e Ilhas: actuais distritos de Portalegre, Évora, Beja, Faro e as Regiões Autónomas da Madeira e Açores.

3 — Das reuniões serão exaradas actas sucintas, em livro próprio, de que constem as presenças e as resoluções tomadas.

4 — Os membros da direcção respondem solidariamente pelas faltas e irregularidades cometidas no exercício das suas funções, ficando isentos de responsabilidade aqueles que hajam reclamado contra omissões, que tenham votado contra as deliberações em causa ou que, não tendo assistido às reuniões em que estas se tomaram, contra elas protestem na primeira reunião seguinte a que assistirem.

Artigo 28.º

1 — Para obrigar a Associação são necessárias as assinaturas de dois membros da direcção.

2 — É obrigatória a assinatura do secretário-geral ou, na sua ausência, a assinatura conjunta de dois directores em todos os documentos de suporte que importem a efectivação de pagamentos.

3 — Os actos de mero expediente são assinados por qualquer membro da comissão executiva, se existir, ou pelo secretário-geral ou, nas suas ausências, por qualquer director.

4 — Para movimentação das contas bancárias por meio de cheque, transferências e similares, basta a assinatura de dois directores ou de um director e do secretário-geral ou director-geral, quando existir.

SECÇÃO IV

Da comissão executiva

Artigo 29.º

A direcção poderá constituir uma comissão executiva, formada por três elementos, sendo um um director ou um assessor da direcção, que usará o título de director executivo, e que dirigirá a comissão, e os outros, o secretário-geral e um assessor técnico, e terá a competência que a direcção lhe delegar, para ser exercida, sob a sua superintendência, no intervalo das reuniões da direcção.

§ único. A nomeação do director executivo, se existir, é da competência da direcção, e é efectiva depois de sancionada pela assembleia geral, sendo a sua destituição da competência exclusiva da direcção.

Estatutos da IACA

publicados no BTE 1ª Série nº 40 de 29/10/1999

e alteração publicada no BTE 1ª Série nº 19 de 22/05/2002

Artigo 30.º

1 — A comissão executiva, se existir, reunirá obrigatoriamente uma vez por semana e sempre que o director executivo ou, na sua falta, o secretário-geral entendam necessário, exarando-se em livro próprio acta sucinta, de que constem as presenças e deliberações tomadas. As reuniões serão secretariadas pelo secretário-geral.

2 — As deliberações da comissão executiva, se existir, serão por maioria de votos dos membros presentes.

3 — A comissão executiva, se existir, apenas pode deliberar com a presença da maioria dos seus membros.

4 — O director executivo, se existir, terá, obrigatoriamente, de estar presente nas reuniões da direcção, sem direito a voto, excepto se for director.

5 — Os membros da comissão executiva, se existir, respondem solidariamente pelas faltas e irregularidades cometidas no exercício das suas funções ficando isentos de responsabilidade aqueles que hajam reclamado contra omissões, que tenham votado contra as deliberações em causa ou que, não tendo assistido às reuniões em que estas se tomaram, contra elas protestem na primeira reunião seguinte a que assistirem.

6 — A vigência da comissão executiva, se existir, cessa quando dissolvida pela direcção ou com o término do mandato da direcção que a criou.

SECÇÃO V

Do secretário-geral

Artigo 31.º

1 — A gestão corrente da IACA compete ao secretário-geral, sob a orientação da direcção.

2 — Das competências do secretário-geral destacam-se:

- a) Secretariar as reuniões dos órgãos sociais (direcção, conselho fiscal e assembleia geral), da comissão executiva, se existir, e das secções e grupos de trabalho, se existirem, e redigir e assinar as respectivas actas, em conjunto com os respectivos membros;
- b) A conservação, guarda e manutenção dos livros e folhas das actas e listas de presença;
- c) Proceder ao envio das convocatórias legais para as reuniões de todos os órgãos sociais, e das secções e grupos de trabalho, se existirem;
- d) A certificação das cópias ou transcrições extraídas dos livros de actas e dos documentos arquivados;
- e) Satisfazer, no âmbito da sua competência, o exercício do direito à informação dos associados, de acordo com o previsto na alínea g) do artigo 6.º dos estatutos;
- f) A representatividade corrente da Associação;
- g) A direcção do pessoal da Associação.

3 — A nomeação e destituição do secretário-geral é da competência da assembleia geral, sob proposta da direcção.

4 — O secretário-geral é o único responsável pelos actos que praticar no exercício das suas funções específicas, nomeadamente as enumeradas no n.º 2 deste artigo.

SECÇÃO VI

Do conselho fiscal

Artigo 32.º

O conselho fiscal é constituído por três elementos, sendo um o presidente, e terá os poderes que a lei lhe atribui.

§ único. Nos termos da lei pode ser contratado um ROC.

CAPÍTULO IV

Dos meios financeiros

Artigo 33.º

O exercício anual corresponde ao ano civil.

Artigo 34.º

1 — Constituem receitas da Associação:

- a) O produto das jóias, quotas e contribuições dos associados;
- b) Os juros dos fundos capitalizados;
- c) Quaisquer subsídios que lhe sejam atribuídos.

2 — Com a aprovação do orçamento ordinário, a assembleia geral fixa o valor das jóias e quotas devidas no ano imediato.

3 — Com a aprovação dos orçamentos suplementares a assembleia geral estabelecerá, se for caso disso, o montante das contribuições a pagar pelos associados para fazer face aos encargos orçamentados.

4 — A quota máxima nunca pode ultrapassar o décuplo da quota mínima.

Artigo 35.º

1 — A assembleia geral que aprovar as contas do exercício decidirá, sob proposta da direcção, sobre a aplicação a dar ao respectivo saldo.

2 — A assembleia geral pode decidir aplicar os saldos do exercício à constituição ou reforço de fundos de apoio aos associados.

Artigo 36.º

Os valores monetários serão depositados em estabelecimento bancário, não podendo existir em caixa mais do que o indispensável para fazer face às despesas correntes.

CAPÍTULO V

Das eleições

Artigo 37.º

1 — São eleitos em assembleia geral, para mandatos trienais, a mesa da assembleia geral, a direcção e o conselho fiscal.

2 — Em caso de vagas e à excepção da mesa da assembleia geral, cada órgão pode cooptar até um terço dos seus membros.

3 — A cooptação de membros dos órgãos sociais será submetida à ratificação da assembleia geral que tenha

Estatutos da IACA

publicados no BTE 1ª Série nº 40 de 29/10/1999

e alteração publicada no BTE 1ª Série nº 19 de 22/05/2002

lugar imediatamente após a deliberação, sem prejuízo da assunção plena de funções logo após a designação e posse.

4 — A cooptação de qualquer membro dos órgãos sociais será comunicada, pelo secretário-geral, em aviso postal a todos os associados no prazo de oito dias.

Artigo 38.º

1 — A apresentação de candidaturas aos órgãos sociais deverá ser subscrita pelos candidatos e mais cinco associados.

2 — Haverá candidaturas separadas para a mesa da assembleia geral, direcção e conselho fiscal.

3 — As candidaturas para a direcção deverão ser representativas dos diversos sectores que integram a Associação, das regiões e dimensão das empresas.

4 — Com a apresentação das candidaturas deverá indicar-se, desde logo, quem representará as pessoas colectivas.

5 — Nenhum associado pode candidatar-se em mais de uma lista.

6 — As listas de candidaturas para a direcção e conselho fiscal deverão indicar o nome do presidente e para a mesa da assembleia geral deverá indicar os cargos a ocupar por cada um dos seus membros.

7 — Verificando-se o impedimento definitivo do representante do associado, designado nos termos do n.º 4 deste artigo, abrir-se-á vaga no respectivo órgão.

Artigo 39.º

1 — Nas eleições ordinárias as votações só podem recair sobre os associados cujas candidaturas hajam sido apresentadas ao presidente da assembleia geral até 30 de Novembro do ano em que terminar o mandato.

2 — Nas eleições suplementares, as candidaturas serão apresentadas até 10 dias antes do dia designado para a eleição.

3 — Esgotados os prazos indicados nos números anteriores sem que hajam sido apresentadas candidaturas, o presidente da assembleia geral convocará imediatamente uma assembleia geral, para apreciação da situação, que se terá de realizar no prazo máximo de 90 dias, mantendo-se, até às novas eleições, todos os órgãos sociais em pleno exercício dos seus poderes.

4 — Sem prejuízo do disposto no n.º 3 do artigo 21.º, a eleição suplementar só é obrigatória quando, ocorrendo a vaga, o número de membros eleitos foi inferior a dois terços dos membros estatutários do respectivo órgão.

Artigo 40.º

1 — As eleições são feitas por escrutínio secreto.

2 — O escrutínio efectuar-se-á imediatamente depois de concluída a votação, sendo proclamada a lista eleita logo após a contagem dos votos.

3 — Nas eleições suplementares, os associados eleitos tomarão posse imediatamente após a proclamação da lista eleita.

4 — Nas eleições ordinárias, os associados eleitos tomarão posse nos oito dias seguintes ao termo dos mandatos anteriores.

CAPÍTULO VI

Das secções

Artigo 41.º

1 — Os associados pertencentes a um sector específico podem constituir-se em secção.

2 — A criação das secções será deliberada em assembleia geral, sob proposta da direcção.

Artigo 42.º

As secções terão uma direcção própria, eleita pelos associados integrados na secção, constituída por três membros, e reger-se-ão por regulamento próprio, aprovado pela direcção.

Artigo 43.º

Compete à direcção da secção praticar todos os actos convenientes à defesa dos interesses dos associados integrados na secção, apresentando-os e promovendo-os junto da direcção ou da comissão executiva, se existir.

CAPÍTULO VII

Da dissolução e liquidação

Artigo 44.º

A liquidação, em caso de dissolução da Associação decidida em assembleia geral convocada expressamente para esse fim, será feita no prazo de seis meses por três liquidatários nomeados pela assembleia geral e, satisfeitas as dívidas ou consignadas as quantias necessárias para o seu pagamento, o remanescente será repartido pelos associados, na proporção do total das quotas pagas nos três anos anteriores à dissolução.

CAPÍTULO VIII

Disposições transitórias

Artigo 45.º

O actual secretário-geral ocupará de imediato o lugar de secretário-geral previsto nestes estatutos.

Artigo 46.º

As eleições para os órgãos sociais serão realizadas até ao dia 15 de Dezembro de 1999.